

vibração positiva, uma vez que Joana transporta-se para um mundo ideal. O elemento trágico grego é o não-ser após a morte, é o não-transcender, pois não existe noção de transcendência física ou metafísica. Resta, apenas, uma sobrevivência lá onde seria “o outro lado” da existência. Justamente nisso reside o trágico – por haver uma só possibilidade de vida – a terrena, a do presente. Quando esta finda, o trágico se estabelece, como no caso de Jasão que, de certa forma, principia sua morte ainda no plano terreno, porque já não há possibilidade nem de regresso nem de avanço, como reequilíbrio para o herói e seu mundo. É ainda neste espaço – real e presente – que começa a realizar-se a própria morte, com um ritmo de iniciação e passagem para o nada, configurando-se o trágico para esse herói.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1978.
- BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. *Gota d'água*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- EURÍPIDES. *Medéia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.
- GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.
- KITO, H. D. F. *A tragédia grega*, estudo literário. V. II. Coimbra: Armênio Amado, 1990.
- LESKY, Albin. *Do problema do trágico*. Madri: Labor, s.d.
- MÉNARD, René. *Mitologia greco-romana*. São Paulo: Opus, 1991.

# O movimento queremista em Passo Fundo/RS: a sua institucionalização e a formação do PTB local

Alessandro Batistella

## RESUMO

Este artigo tem o objetivo de ponderar acerca do processo de (re)democratização do país e no Rio Grande do Sul em 1945 e o grande movimento sociopolítico ocorrido naquele ano, o “queremismo”, que resultou na participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, nos rumos do processo político nacional. Particularmente, analisar-se-á o movimento queremista em Passo Fundo e os seus desdobramentos, que, inclusive, motivaram a formação de um partido político na cidade: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

**Palavras-chave:** (Re)democratização. Queremismo. PTB.

## The *queremista* movement in Passo Fundo/RS: Its institutionalization and the local PTB formation

## ABSTRACT

This article has as main goal to evaluate the country's and Rio Grande do Sul's (re) democratization progress in 1945 and the big socio-political movement that occurred that year – the *queremismo* – which resulted from the active participation in many sectors of Brazil's society, above all, the workers, in the track of the national political process. Particularly, the *queremista* movement in Passo Fundo will be analyzed and the unfolding of the movement as well, which motivated the creation of a political party in the city: the Brazilian Labor Party (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB).

**Key words:** (Re)democratization. *Queremismo*. PTB.

---

Alessandro Batistella é Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo.

**Endereço para correspondência:** Rua Lava Pés, 1915, Centro, Passo Fundo/RS. CEP 99010-170. E-mail: alessandrobattistella@yahoo.com.br

Textura	Canoas	n.15	p.100-118	jan./jun. 2007
---------	--------	------	-----------	----------------

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial daria início às primeiras fissuras do Estado Novo. As vozes que clamavam pela democracia ecoavam cada vez mais altas em vários setores da sociedade civil, militares e, até mesmo, dentro do próprio governo. Percebendo que o regime democrático viria mais cedo ou mais tarde, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político visando conquistar uma nova base de apoio: os trabalhadores. Dessa forma, o governo varguista disseminou uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do governo. Fundamentada na “ideologia da outorga” e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos.

Nesse sentido, para a consolidação desse projeto, foi fundamental a participação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sobretudo através da utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. Entretanto, como demonstram os trabalhos de Angela de Castro Gomes (2005) e Jorge Ferreira (1997), a propaganda e a doutrinação política, por mais avassaladoras que sejam, não garantem o sucesso dos governantes, pois não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam.

Em outras palavras, embora a propaganda e os meios de comunicação exerçam uma enorme influência na sociedade, as mentes das pessoas não são tabulas rasas, em que idéias são facilmente inculcadas. Na verdade, cada indivíduo, conforme a sua experiência de vida, as suas socializações, faz as suas escolhas.

Ademais, além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma através das grandes festas cívicas, sobretudo o 1º de Maio, oferecido especialmente ao trabalhador e realizados, a partir de 1939, em estádios de futebol. Outro fator determinante para a construção simbólica de Vargas foi a receptividade. Ou seja, o governo mostrava-se receptivo à população e, através da Secretaria da Presidência da República (SPR), estabeleceu um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade (FERREIRA, 1997).

Dessa forma, surgiu o pacto entre o Estado e os trabalhadores, que, segundo Jorge Ferreira, constituía uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo esta segunda dimensão o que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (ibid.).

O sucesso desse pacto pode ser atestado através da dimensão que alcançou o movimento queremista em 1945, um grande movimento de massa que expressava a vontade política de boa parte da população brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que caía o Estado Novo, aumentava a popularidade de Getúlio Vargas. Em Passo Fundo, o movimento queremista demonstrou a força do getulismo na cidade, força esta comprovada através das fontes empíricas e dos depoimentos orais (BATISTELLA, 2007).

Portanto, nosso objetivo, é tecer algumas ponderações acerca do processo de (re)democratização<sup>1</sup> do país e no Rio Grande do Sul em 1945 e o grande movimento sociopolítico ocorrido naquele ano, o “queremismo”, que resultou na participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, nos rumos do processo político nacional. Particularmente, analisar-se-á o movimento queremista em Passo Fundo e os seus desdobramentos, que, inclusive motivaram a formação de um partido político na cidade: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

## **A (RE)DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945 E O MOVIMENTO QUEREMISTA**

No transcorrer do primeiro quinquênio da década de 1940, as vozes que clamavam pelo retorno do país ao regime democrático ecoavam cada vez mais alto na sociedade, sobretudo a partir do segundo semestre de 1944. Como lembra Lucilia Delgado (2003, p.133), a ditadura do Estado Novo começou a se esgotar tão logo os rumos da Segunda Guerra Mundial também começaram a mudar: a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, influenciaram, de forma determinante, a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil.

Além das pressões externas, o governo também sofria pressões internas: diversos setores da sociedade – desde estudantes, intelectuais, empresários, comunistas, liberais e, até mesmo, militares e integrantes do próprio governo – reivindicavam o fim do regime discricionário. Por sua vez, o governo, que, embora apoiado por uma expressiva parcela da população brasileira, não dava mais conta dos protestos que surgiam de diversos grupos organizados da sociedade.

A partir de então, os acontecimentos se precipitaram: em outubro de 1944 é lançado o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à sucessão de Vargas e, também no final de 1944, começou-se a aventar o nome de um outro candidato à sucessão. Tratava-se do general Eurico Gaspar Dutra, um dos principais articuladores do golpe de 1937 e ministro da Guerra do Estado Novo (GOMES, 2005, p.277). Em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do brigadeiro. A entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP se afastaram das redações dos jornais, enquanto a ditadura dava sinais definitivos de cansaço (FERREIRA, 2003, p.16).

---

<sup>1</sup> Alguns autores, como Jorge Ferreira, por exemplo, preferem utilizar o termo “democratização”, em vez de “redemocratização”, por considerarem que durante a República Velha – com a exclusão dos analfabetos (que representavam mais de 90% da população), com os votos de “cabresto”, as fraudes eleitorais, dentre outras anomalias – o país viveu uma “falsa democracia”. Assim, segundo esses autores, o correto é considerar a Primeira República como o “período oligárquico”, “o liberalismo excludente”, dentre outros termos.

Segundo Angela de Castro Gomes (2005, p.278-279), foi só após a presença da candidatura de Eduardo Gomes que Vargas retomou sua preocupação com as bases organizacionais de caráter partidário. A indicação básica de que a política nacional iria realmente sofrer transformações foi dada pelo convite dirigido a Agamenon Magalhães para ocupar a pasta da Justiça, em fins de 1944. Essa escolha deve ser bem entendida, assim como o momento em que foi feita. Agamenon era um político com inegável experiência e prestígio. Era um interventor com indiscutível liderança nos meios civis e também com fortes contatos nos meios militares, onde conhecia e mantinha relações amistosas com o brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, Agamenon só assumiu o cargo no dia 1º de março de 1945 e este fato não foi mera coincidência: Marcondes Filho encaminhou o processo de transição até este ponto e entregou-o a Agamenon<sup>2</sup>. Esse processo de transição, orientado pelo governo federal, foi denominado por Luiz Werneck Vianna (1989) de “redemocratização pelo alto”.

De qualquer maneira, após as declarações de José Américo aceleraram-se os acontecimentos. Assim, a 28 de fevereiro, foi decretado o Ato Adicional nº. 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional. Em seguida, no dia 18 de abril, o governo decreta anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando desde liberais até comunistas. Posteriormente, a 28 de maio, é decretada a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da lei é que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional. Este dispositivo visava não apenas evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, que tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios derivados do liberalismo clássico (BODEA, 1992, p.14).

Contudo, as articulações para a formação dos partidos políticos são anteriores à Lei Agamenon. Ainda em abril – precisamente no dia 7 – surgiu oficialmente a União Democrática Nacional (UDN), uma grande frente liberal-democrática de oposição a Vargas que aglutinava desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana e elementos da esquerda não-comunista – que ficariam conhecidos como Esquerda Democrática<sup>3</sup> –, além de comunistas dissidentes da linha oficial do PCB. Em suma, nesse momento, o partido abrigava diversos grupos políticos heterogêneos unidos pelo mesmo sentimento de rancor a Getúlio Vargas e pela defesa da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre mais detalhes acerca dos trabalhos desenvolvidos por Marcondes Filho e Agamenon Magalhães durante esta fase, ver GOMES, 2005, p.279-282.

<sup>3</sup> Como lembra Miguel Bodea, após a convenção de abril de 1945, os elementos da chamada Esquerda Democrática (na maioria socialistas antigetulistas) começam a se afastar da linha liberal-conservadora da UDN e, em agosto de 1945, a Esquerda Democrática praticamente rompe com a UDN. Assim, em princípios de 1946, juntando-se com outros grupos socialistas independentes, passam a formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>4</sup> Nesse momento, a UDN aglutinava nomes como Arthur Bernardes, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Oswaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, entre outros.

Posteriormente, segundo Maria Victoria Benevides (1981), a oposição varguista não-comunista daria origem a duas correntes distintas: um partido liberal-conservador, fortemente elitista, que teria penetração em setores da oligarquia, da burguesia e da classe média urbana (a UDN); e um partido de esquerda independente, formado por intelectuais socialistas, voltado para a classe operária, mas que nunca obteria uma grande base de massa – o PSB.

A exemplo das forças antigetulistas, do lado das forças getulistas também ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: a primeira a surgir no cenário político-partidário brasileiro foi o Partido Social Democrático (PSD), em meados de abril de 1945, alicerçado na força das interventorias estaduais e representando uma tentativa de centralizar as forças políticas tradicionais locais em uma estrutura partidária. Não por acaso, entre seus fundadores estavam, além do ministro da Justiça Agamenon Magalhães, os interventores de Minas Gerais, Benedito Valadares, e do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto.

Portanto, o PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu, em seus quadros, os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. Ademais, as bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e, principalmente, nas interventorias na esfera estadual. Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação (DELGADO, 2003, p.138-139).

No entanto, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do regime: as massas trabalhadoras. Embora se possa visualizar que o desejo inicial era reunir, em um único e grande partido, todas as forças políticas “do” presidente, torna-se difícil sustentar que este desejo fosse, naquele momento, uma real possibilidade – como comprova a ausência de Marcondes Filho do conjunto de reuniões que formularam o PSD. Portanto, é difícil imaginar que Getúlio e os demais planejadores do processo de transição tivessem optado por uma solução partidária que preterisse ou minimizasse as tão cuidadosamente acalentadas bases sindicais. O investimento que Vargas realizou, ao longo da administração Marcondes Filho, na formação de uma ampla base política – a classe trabalhadora –, quer via campanha de sindicalização, quer via esforço doutrinário, é evidência mais que suficiente para a conclusão do quanto se apostava neste filão político (GOMES, 2005, p.281-282).

É certo que tal fato não implicava diretamente a criação de um partido trabalhista, mas a atuação de Marcondes apontava para a articulação de um grande partido de massas de bases sindicais. Nesse sentido, a definição do formato do PSD praticamente estabelecia os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as novas

lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. O PTB, portanto, nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo (ibid., idem).

Além dos três grandes partidos nacionais do período em foco (UDN, PSD e PTB), em 1945 também surgiram outros partidos que tiveram – alguns mais, outros menos – relevo na democracia brasileira, dentre eles o Partido Comunista do Brasil<sup>5</sup> (PCB), liderado por Luís Carlos Prestes, o Partido de Representação Popular (PRP), liderado pelo integralista Plínio Salgado, além de partidos mais regionalizados, mas com alguma influência no cenário nacional, como o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, o Partido Libertador (PL) de Raul Pilla, e o Partido Republicano, herdeiro dos PRs.

Paralelamente, as forças antivarguistas, sobretudo a UDN, aproveitando-se da debilidade dos censores do DIP, promoveram uma série de críticas virulentas ao presidente Getúlio Vargas. Como lembra Jorge Ferreira, os ataques das oposições veiculados nos jornais desmereceriam, particularmente, a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo (FERREIRA, 2003, p.16-17).

Além dos ataques à pessoa do presidente via mídia impressa, também eram frequentes os comícios, em diversos locais do território nacional, cuja finalidade maior era ofender Vargas. Entretanto, muitos desses comícios foram interrompidos por trabalhadores que gritavam: “Nós queremos Getúlio!”. Era o surgimento do movimento queremista (FERREIRA, 2003).

Em outras palavras, no processo de (re)democratização de 1945, a par das forças que exigiam a mudança política, havia outra corrente favorável ao continuísmo. Nessa corrente, o movimento queremista, assentado no lema “Queremos Getúlio”, foi o que ganhou maior visibilidade (D’ARAÚJO, 1996, p.25).

Embora, inicialmente, tratava-se de um movimento popular, em abril já recebia o apoio discreto – pois, naquela conjuntura desfavorável a Vargas, a utilização da máquina estatal em campanhas de sustentação de sua imagem se tornaria mais um argumento favorável à oposição – do DIP e, sobretudo, de um órgão do Ministério do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, na pessoa de seu diretor Segadas Viana. Além do discreto apoio oficial, o “queremismo” também recebeu o suporte, sobretudo financeiro, de empresários favoráveis à Vargas. Entretanto, o “queremismo” não foi uma simples criação do Ministério do Trabalho com o lastro do dinheiro privado,

---

<sup>5</sup> No novo sistema pluripartidário, o PCB apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao sistema. Em segundo, apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial. In: DELGADO, 2003, p.135.

como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso (FERREIRA, 2003, p.19-20).

Em maio, a frase “Queremos Getúlio” apoderou-se das crenças e das sensibilidades políticas populares, mas foi em fins de julho e início de agosto que o movimento cresceu rapidamente, com a eclosão de manifestações e comícios em todo o país. Segundo Jorge Ferreira, para os trabalhadores havia o temor de que, com a saída de Vargas da presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, além de também possuírem suspeitas e desconfianças ao grupo político que se preparava para assumir o poder. Ademais, em pleno processo de (re)democratização, os trabalhadores, recusando as candidaturas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, queriam a oportunidade de votar em outra, a de Vargas (ibid., p.18 e 28).

A par do “queremismo”, um partido de trabalhadores começou a ser organizado pelo governo. Nesse sentido, a formação de uma Comissão Executiva Nacional para organizar o Partido Trabalhista Brasileiro data de 15 de maio de 1945 – cerca de um mês após o anúncio oficial da criação da UDN e do PSD. O provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista Inglês e suas bases foram efetivamente montadas a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, ou seja, com a utilização de lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (GOMES, 2005, p.283).

Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro nasceu sob a chancela governamental, mas era um partido sem grandes nomes e aparentemente sem candidato presidencial e que, na época do seu registro, alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional (DELGADO, 2003, p.140).

Sob esta ótica, o PTB foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo. No entanto, é importante salientar que só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta (D’ARAÚJO, 1996, p.26).

Os objetivos do PTB eram, em princípio, os mesmos do “queremismo”: promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados (ibid., p.26).

A criação do PTB também contou com a colaboração decisiva de José de Segadas Viana, então diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), a quem coube a tarefa de convocar as lideranças sindicais. Nesse sentido, o próprio Segadas Viana reconheceria que, em 1945, os sindicatos eram facilmente mobilizados pelo Ministério do Trabalho e que isso facilitou a organização do partido com base no recrutamento de lideranças sindicais (ibid., p.24 e 27).

No dia 27 de julho de 1945, o sindicalista carioca Luís Augusto França, na qualidade de presidente do PTB<sup>6</sup>, obtinha em cartório o registro dos estatutos do partido. Da lista de fundadores constavam 20 nomes, todos relacionados como representantes de alguma área de atuação sindical dos trabalhadores<sup>7</sup>, enquanto os burocratas e técnicos que ocupavam importantes funções no governo permaneciam nos bastidores (ibid., p.27).

Munidos dos estatutos, de um programa e de todas as exigências legais, no dia 17 de agosto de 1945 Luís Augusto França requereu ao TSE o registro do PTB. A essa altura, o partido possuía um Diretório Nacional Provisório composto de 30 sindicalistas, à frente dos quais estavam o próprio Luís Augusto França, como presidente, Antônio Francisco Carvalho, secretário, e Paulo Baeta Neves, tesoureiro. O programa do partido era composto por 30 pontos, 27 dos quais dedicados a objetivos socioeconômicos, sem que fosse mencionada a liberdade sindical. Fazia-se ampla defesa da expansão dos direitos sociais, havia uma breve menção ao direito de greve e várias demandas relativas à assistência e à participação dos trabalhadores nos órgãos públicos que deliberavam sobre seus interesses (ibid., p.27-28).

A definição em torno dos candidatos presidenciais foi outro fator importante para as definições e mudanças internas do partido no início de sua existência. Embora, oficialmente, alguns membros apoiassem a candidatura de Dutra, não tardou para que a maioria dos trabalhistas passasse a defender a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte ainda com Getúlio no poder para, em seguida, serem realizadas as eleições, com Vargas podendo ser candidato. Estes projetos – “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio” – remetem às relações dos trabalhistas com o movimento queremista. De fato, trabalhismo e “queremismo” bebiam da mesma fonte: uma ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se propunha manter com a massa trabalhadora. Portanto, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o “queremismo” teria sido praticamente impossível (GOMES, 2005, p.283-284).

Entretanto, o trabalhismo não implicava necessariamente uma organização partidária, embora a formação de um partido tendo como base a máquina do Ministério do Trabalho fosse uma idéia antiga. Ademais, do ponto de vista organizacional, o PTB e o “queremismo” não eram a mesma coisa. O PTB estava definido e atado às regras do jogo político e Getúlio não era um candidato fácil de ser lançado. O “queremismo”, por sua vez, era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo quanto podia efetuar todos os tipos de alianças, sem qualquer

---

<sup>6</sup> Entretanto, Luís Augusto França apoiava a candidatura de Dutra, o que lhe custou a perda da presidência do PTB, pois a defesa da candidatura Dutra entrava em choque com a orientação queremista do partido.

<sup>7</sup> Se num primeiro momento o partido ficou sob o controle formal dos trabalhadores, poucos meses depois figuras expressivas do Ministério do Trabalho e outros tipos de militantes, inclusive empresários, passaram a assumir explicitamente as funções de chefia. O vínculo com o sindicato, contudo, nunca se perdeu e foi em função dele que, mais tarde, lideranças de esquerda, particularmente do PCB, a ele aderiram para facilitar seu trabalho de mobilização política junto aos trabalhadores. In: D'ARAÚJO, 1996, p.41.

comprometimento maior. Este era o caso das vinculações do “queremismo” com o Partido Comunista<sup>8</sup>, que apenas iria alimentar ainda mais a desconfiança e os temores nutridos em relação ao movimento nos meios militares e civis, quer de oposição, quer de situação (ibid., p.284).

Contudo, o PTB nasceu mais fraco do que usualmente se supõe e as tentativas de transformar dirigentes sindicais em dirigentes partidários não foi tão fácil. Tratava-se de duas experiências organizacionais distintas, o que trouxe para o partido, nos primeiros momentos, instabilidade e desorientação. Somava-se a isso o fato do PTB, durante vários anos, conviver com um processo interno de disputa entre dirigentes com pouca ou nenhuma legitimidade frente aos trabalhadores (D'ARAUJO, 1996, p.21).

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea (1992, p.17-18), a aglutinação inicial dos partidos políticos assemelha-se ao processo nacional, isto é, de um lado as correntes antivarguistas (UDN, PL e Esquerda Democrática) e, de outro, as correntes fiéis a Vargas (PSD e PTB). A UDN sul rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, dentre eles Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros; a Esquerda Democrática sulina era menos expressiva do que suas similares em outros estados; o Partido Libertador, que transformou a luta pelo parlamentarismo na sua principal doutrina, no estado suplantou a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947.

O PSD do Rio Grande do Sul, por sua vez, teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental e, para tanto, contou com o beneplácito do interventor Ernesto Dornelles, primo do presidente Vargas. Entre as lideranças do PSD estadual, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Ernesto Dornelles e Protásio Vargas, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa (ibid., p.18-19).

Em Passo Fundo, a UDN local foi fundada no dia 29 de julho de 1945 e aglutinou nomes como Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Antonio Quim César, Gomercindo Reis, entre outros. Já o núcleo local do PSD foi fundado, a exemplo do núcleo estadual, no mês de junho e teve como principais expoentes Antonio Bittencourt Azambuja e Nicolau de Araújo Vergueiro.

Quanto ao PTB no Rio Grande do Sul, este surgiu, segundo Miguel Bodea (cf. 1992, p.20-31), da confluência de três vertentes distintas: a primeira é a corrente sindicalista, originada da chamada Ala Trabalhista do PSD, cujo presidente, o líder sindical José Vecchio, juntamente com Sílvio Sanson (líder sindical porto-alegrense que, ao encontrar-se com Paulo Baeta Neves, um dos fundadores do PTB nacional, recebeu os estatutos do PTB nacional e a comunicação de que Getúlio havia autorizado

---

<sup>8</sup>A afinidade de posições entre comunistas e getulistas era apenas aparente. Para os comunistas, tratava-se de usar a figura do ditador como foco da propaganda antinazista e com isso fortalecer o papel do partido na política nacional. Para o “queremismo”, tratava-se de defender a ação e os planos do governo e pleitear sua continuidade. In: D'ARAUJO, 1996, p.47.

o desligamento da Ala Trabalhista do PSD e a fundação do PTB no Rio Grande do Sul) e outras lideranças sindicais da capital, fundaram, no dia 14 de setembro – não por acaso na mesma época do auge do movimento queremista –, o PTB sul-riograndense. A segunda vertente é a corrente “doutrinário-pasqualinista”, formada por um grupo de intelectuais progressistas, liderada pelo advogado e intelectual Alberto Pasqualini, que, após entendimentos com Vecchio, firmaram uma coalizão entre a USB pasqualinista e o PTB no final de outubro de 1945. E, finalmente, a terceira corrente era a “pragmático-getulista”, composta, essencialmente, por políticos profissionais oriundos do PSD que, sob orientação direta de Vargas, passaram a ingressar no PTB a partir de 1946 – casos de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Este processo de “transusão getulista” só se completaria com a formação do PSD Autônomo (PSDA), pró-getulista, em 1950, que se aliou e, em seguida, migrou para o PTB a partir daquele ano.

Simultaneamente ao surgimento dos partidos políticos, o movimento queremista, inicialmente um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir de julho, um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos, sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal. A partir daí, as adesões, núcleos e comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente. Somavam-se a isso as páginas compradas nos grandes veículos de imprensa, a cadeia de rádios e as modernas técnicas de propaganda política, que não escondiam a presença do Ministério do Trabalho, do DIP e de empresários que, muito discretamente, apoiavam e financiavam os líderes queremistas (FERREIRA, 2003, p.22 e 27).

Como lembra Jorge Ferreira (*ibid.*, p.23-24), entre 15 e 18 de agosto uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população em torno de um grande comício “queremista”. Programado para o dia 20, este seria o primeiro de diversos outros que ocorreram até a deposição de Vargas.

No entanto, cinco dias antes do comício – no dia 15 –, o líder comunista Luís Carlos Prestes comunicou que o PCB defendia a instalação de uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais. O Partido Comunista assumia, assim, o lema que, até então, recusara a autoria: “Constituinte com Getúlio”. Porém, o medo de que o lema permitisse a Vargas ampliar suas manobras continuístas uniram, no mesmo protesto, líderes da UDN, PSD, PL, Esquerda Democrática, católicos e o próprio Góes Monteiro (*ibid.*, p.23-24).

Apesar dos ataques oposicionistas, o primeiro comício queremista, realizado no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, contou com a presença de milhares de pessoas, que assistiram oradores pedirem a continuidade do governo de Vargas. Mais tarde, os organizadores convocaram o povo a falar diretamente com o presidente. Em passeata, todos foram até o Palácio Guanabara, onde foram recebidos pelo presidente (*ibid.*, p.24).

No Rio Grande do Sul, notícias de vários municípios do estado dão conta do entusiasmo dos elementos que apoiavam a candidatura do Presidente Getúlio Vargas,

que constituía um movimento sem precedentes, que se “avolumava” diariamente, e que deu origem a vários Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas. Notícias das cidades da fronteira informam que, ali, o movimento assumia, a cada dia, maior amplitude. Na zona sul do estado, destacando-se as cidades de Rio Grande e Pelotas, o “queremismo” também dava provas da pujança, sendo formado por preponderantes forças, principalmente os trabalhadores (O NACIONAL, 21 ago., p.1).

Segundo destacava a imprensa, outro aspecto a ser ressaltado no movimento quemista é o seu “caráter eminentemente popular, saindo espontaneamente do seio do povo”. Sem dúvida, foi no final de agosto que o “queremismo” eclodiu de vez e ganhou corpo no Rio Grande do Sul. No dia 28, foi organizado o primeiro comício em Porto Alegre pró-candidatura de Getúlio Vargas.

Em Passo Fundo, o movimento quemista teve início, como movimento de massa<sup>9</sup>, no dia 26 de agosto, após um comício do PSD local em favor das candidaturas de Dutra e Walter Jobim, respectivamente para a presidência da República e para o governo do estado. O comício pessedista, assistido por cerca de 600 pessoas, teve início às 20 horas e foi realizado na sacada do Café Elite. O primeiro orador foi Antonio Bittencourt Azambuja. O segundo foi Frederico Morsch, que atacou o comunismo e a Rússia, sendo constantemente vaiado pelos comunistas presentes no discurso, o que o obrigou a encerrar a sua oração. Em seguida, falaram ao público Justo Galvez e Guaracy Costa. Este último, em seu discurso, defendeu a candidatura do general Eurico Dutra, o que motivou violentos protestos da multidão. Daí em diante, o comício pessedista se transformou num grande movimento quemista (DIÁRIO DA MANHÃ, 28 ago., p.3).

Após Guaracy Costa, subiu à tribuna o advogado Mauro P. Machado, que não conseguiu terminar o seu discurso, pois foi violentamente combatido pelos presentes ao comício, sendo obrigado a abandonar a tribuna. Por fim, o comício foi encerrado “com as pessoas aplaudindo o ‘queremismo’” (idem).

Posteriormente, depois das 21 horas, centenas de pessoas, empunhando cartazes, improvisados às pressas, com os dizeres “Queremos Getúlio!”, partiram da Praça Marechal Floriano em direção à redação do jornal *Diário da Manhã*, gritando “vivas” a Getúlio Vargas e a Walter Jobim. Aclamado pelos manifestantes, usou da palavra o jornalista Túlio Fontoura, que pronunciou um breve discurso agradecendo os gestos dos manifestantes e concitando a prosseguirem na sua brilhante e patriótica campanha pró-candidatura de Vargas. Em seguida, os manifestantes gritavam “vivas” a Getúlio Vargas, a Walter Jobim e ao *Diário da Manhã* e entoaram o coro “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”... (idem).

Deixando a frente da redação do *Diário da Manhã*, centenas de quemistas se dirigiram novamente à Praça Marechal Floriano onde, dos altos do edifício Kurtz,

---

<sup>9</sup> Antes desta data, convém lembrar que um grupo de caixeiros viajantes, organizados e liderados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva, fundaram, em 11 de julho de 1945, na cidade o Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas.

falou o líder comunista local Eduardo Barreiro, que pronunciou um discurso que empolgou a massa popular. Em seu discurso, Eduardo Barreiro referiu-se a Frederico Morsch, que havia atacado a Rússia, refutando os seus argumentos usados e dizendo “que a Rússia fazia parte das Nações Unidas, que mantém relações diplomáticas com o Brasil e que lutou heroicamente pela vitória da democracia no mundo” (idem). Portanto, os comunistas locais também participaram ativamente do movimento queremista passo-fundense.

Após esse discurso, os queremistas locais, empunhando cartazes com os dizeres “Queremos Getúlio!”, saíram pelas ruas da cidade visitando diversos pontos. O primeiro deles foi a residência de Celso da Cunha Fiori, onde os manifestantes solicitaram a presença do conhecido advogado para saudá-lo. Em seguida:

O dr. Celso Fiori surgiu tendo dirigido a palavra aos manifestantes, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: “Que até agora não havia se pronunciado politicamente, mas que a presença do povo lhe dava esse ensejo”. Declarava, portanto, que “estava de pleno acordo com aquele movimento cívico”, perguntando onde se encontravam os oradores do comício recém realizado pelo PSD, oradores como o prefeito Arthur Ferreira Filho e o dr. Araújo Vergueiro? “Estão em casa, pensando no sr. Getúlio Vargas”. A seguir disse o Celso Fiori: “Os candidatos surgidos até agora (...) não vão ao encontro dos anseios populares, pois não nos consta que até agora algo fizeram pelas classes trabalhadoras”. (O NACIONAL, 27 ago., p.1 e 4)

Ao partirem da residência de Celso Fiori, os manifestantes prosseguiram a marcha pelas ruas da cidade, visitando Odalgiro Correa e César Santos, que também exaltaram o presidente Getúlio Vargas. Em seguida, os queremistas locais rumaram para a residência do prefeito Arthur Ferreira Filho, que os recebeu (idem).

Na última semana de agosto, os queremistas se dedicaram à organização do segundo comício, intitulado o “dia do fico”. No Rio de Janeiro, as ruas foram tomadas por cartazes, panfletos e comunicados anunciando o evento. Marcada para o dia 30 no Largo da Carioca, a manifestação terminaria com a “marcha luminosa”, nome dado à passeata até a sede do governo. A expectativa que cercou o “dia do fico” foi grande, pois o prazo de desincompatibilização para a inscrição das candidaturas se encerraria quatro dias depois, no dia 3 de setembro (FERREIRA, 2003, p.27).

Em Passo Fundo, houve um “comício queremista monstro” no dia 1º de setembro de 1945. Segundo noticiou o jornal *Diário da Manhã* (2 set., p.6) o comício reuniu “mais de 5 mil pessoas”. O comício, que foi realizado da sacada do Café Elite, tinha o seu início programado para as 20 horas. Antes do início do comício, a multidão, que se comprimia no largo da Avenida General Neto e na Praça Marechal Floriano, impunha cartazes e dísticos “queremistas”.

Pontualmente às 20 horas, o locutor da Sonora Guarani, dando início ao comício,

convidou os presentes a cantar o Hino Nacional em homenagem ao presidente Vargas, o que foi feito sob os aplausos da multidão, que já entoava o coro “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”... A seguir, ocuparam a tribuna, na sacada do Café Elite, falando ao povo pelos microfones da Sonora Guarani, diversos oradores. O primeiro deles foi o advogado Celso da Cunha Fiori, que, ao encerrar seu discurso, perguntou ao povo:

- Querem o distinto e digno brigadeiro Eduardo Gomes?
  - Não! Não! Queremos Getúlio! Respondeu ao orador milhares de vozes partidas do seio da massa.
  - Querem o bravo e respeitável general Eurico Gaspar Dutra? Perguntou Fiori.
  - Não! Não! Queremos Getúlio Vargas! Respondeu a multidão.
  - Querem então Getúlio Vargas? Perguntou novamente Fiori.
- A resposta veio rápida. Milhares de vozes entoaram em coro:
- Queremos Getúlio! Queremos Getúlio! Queremos Getúlio... (DIÁRIO DA MANHÃ, 4 set., p.4)

Após Celso Fiori, também discursaram, o bancário Waldir Cecconi, o médico César Santos, o advogado Florisbelo Ferreira, o viajante comercial Bráulio Corrêa, o representante do Comitê de Carazinho Jofre Brum, o representante estudantil Paulo Giongo e, por último, Cecília Rabello Tochetto, representante da Ala Feminina do Comitê local Pró-Candidatura Getúlio Vargas. Todas as orações foram muito aplaudidas pela multidão (idem).

Entretanto, apesar das inúmeras manifestações populares em todo o país, Vargas não se desincompatibilizou, causando grande frustração entre os queremistas. A partir de então, o movimento procurou elaborar melhor o seu projeto político. Ao reconhecerem o novo lema “A solução é a Constituinte”, os queremistas clamaram por uma “Constituinte com Getúlio” (FERREIRA, 2003, p.27).

Portanto, segundo Jorge Ferreira, as mudanças de julho para agosto são significativas. Da simples personalização da política com a palavra de ordem “Getúlio, com ou sem Constituinte”, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte. Nesse sentido, a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia de seus direitos quanto para a ampliação deles. Em suma, para a maioria dos trabalhadores o lema “Constituinte com Getúlio” expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político (ibid., p.27 e 35).

Em setembro, no auge do movimento queremista, foi instalado em Passo Fundo um comitê local do Partido Comunista do Brasil. Aliás, a instalação do núcleo local

do PCB teve ligações com o movimento queremista, já que Sérgio Holmes, secretário sindical do PCB estadual, chegou a Passo Fundo, vindo de Porto Alegre, não apenas para presidir a instalação do comitê comunista local, mas também para iniciar na cidade o movimento pró-Constituinte (BATISTELLA, 2007). Após a criação do PCB em Passo Fundo, o núcleo local organizou, no dia 20 de setembro, um comício pró-Constituinte na Praça Marechal Floriano, o que comprova o seu elo com o movimento queremista (O NACIONAL, 19 set., p.4).

De fato, o contínuo crescimento do “queremismo”, a possibilidade de convocação de uma Assembléia Constituinte, com o apoio dos comunistas, e as manobras continuístas de Vargas inquietaram as oposições. Ao mesmo tempo, os líderes queremistas mostravam-se cada vez mais audaciosos. Marcado, não casualmente, para o dia 3 de outubro, o próximo comício – chamado de “dia V” (de vitória) – revelava imaginação e ousadia política. Embora o ponto central do evento, como nos anteriores, fosse o Largo da Carioca, no Distrito Federal, o caráter da manifestação “Constituinte com Getúlio” era nacional (FERREIRA, 2003, p.36).

Em Passo Fundo, o comício “Pró-Constituinte com Getúlio Vargas” do dia 3 de outubro, realizado em frente à Praça Marechal Floriano, reuniu milhares de pessoas. Os oradores dirigiram-se ao povo falando da sacada do Café Elite, irradiando-se a sua voz por toda a cidade através dos altos falantes da Empresa de Propaganda Sonora Guarani, que tinha colocado seu microfone à disposição dos oradores. Segundo noticiou *O Nacional* (4 out., p.1)

O primeiro discurso foi pronunciado pelo jovem estudante Paulo Giongo, seguindo-lhe os outros oradores inscritos, na seguinte ordem: d. Ziza de Araújo Trein, em nome das mulheres passo-fundenses que apóiam a idéia da Constituinte; d. Leonor Lima de Menezes, líder feminina e presidente da Ala Feminina Pró-Constituinte; o nosso colega de imprensa dr. José Pereira Batista, professor do Instituto Educacional; e o jovem estudante Jacob Algarve. Esses oradores pronunciaram brilhantes discursos propugnando pela convocação da Assembléia Constituinte, merecendo entusiásticos aplausos da multidão que os ouvia.

O orador oficial convidado para falar no comício de ontem (...) e que pronunciou notável discurso, muito aplaudido, foi o prof. César Santos, intelectual de renome e sincero queremista aqui residente. Em seu discurso, o dr. César Santos fez elogiosas referências à personalidade política e patriótica do presidente Getúlio Vargas e fez ver a necessidade democrática de convocação da Assembléia Constituinte. Encerrando a grande demonstração cívica, usou da palavra, pronunciando entusiástico discurso, muito aplaudido, o viajante comercial Bráulio Correa.

Sem dúvida, Vargas gozava de uma grande popularidade em Passo Fundo. O movimento queremista local foi bastante heterogêneo, aglutinando trabalhadores,

estudantes, bacharéis, comunistas, entre outros. Como bem observou Angela de Castro Gomes (2005, p.286), o movimento era assimétrico: “caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas”.

Em São Paulo, calcula-se que cerca de 200/250 mil pessoas compareceram ao comício, enquanto na capital federal os números teriam chegado a cerca de 80/100 mil. A essa altura dos acontecimentos, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal já não escondia mais o apoio logístico estatal e o financiamento privado. De fato, muito dinheiro foi gasto para a realização do comício: trens suburbanos e bondes, com hora marcada e faixas identificando-os com o “queremismo”, levaram as pessoas, gratuitamente, até o centro da cidade e uma cadeia nacional de rádios, com mais de 60 emissoras, foi acionada. Após o comício, iniciou-se a “marcha luminosa”, com milhares de pessoas, conduzindo cartazes, retratos de Vargas, emblemas e lanternas, se dirigindo ao Palácio Guanabara. Lá, após as palavras iniciais de José Junqueira e Hugo Borghi, Vargas denunciou e desafiou as forças que se opunham à convocação da Constituinte (FERREIRA, 2003, p.36-38).

Nesse momento, o quadro político era complexo e tenso e Vargas tinha conhecimento de que as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes não gozavam de popularidade – embora este último fosse bem mais aceita pela população –, enquanto o “queremismo” era identificado como o movimento mais forte do país, sob o ponto de vista de opinião e de capacidade eleitoral (GOMES, 2005, p.286).

Em 13 de outubro, um novo comício foi realizado, repetindo os moldes dos anteriores. A novidade, no entanto, foi a presença, sem discrição alguma, de comunistas e socialistas. Cartazes do MUT, PCB, Partido Nacional Classista, Partido Socialista, Partido Cristão e Partido Democrático Libertário surgiam ao lado das fotos de Vargas. Maurício Grabois, líder comunista, discursou pedindo a Constituinte. Vargas, ao falar aos manifestantes, novamente denunciou que “existem forças reacionárias contrárias a essa idéia”, mas, surpreendentemente, acrescentou que, para a tranquilidade do povo, ele poderia ouvir o partido político e as forças organizadas da sociedade sobre a conveniência da convocação de uma Assembléia Constituinte (FERREIRA, 2003, p.38).

Para maior irritação da oposição, dias depois, Luís Carlos Prestes, em comício em Belo Horizonte, não apenas exigiu uma Constituinte antes da eleição presidencial como sugeriu que Dutra e Gomes renunciassem às suas candidaturas. Embora, sem comprovações, os rumores de que Vargas e Prestes teriam pactuado um acordo mostravam-se cada vez mais convincentes para os oposicionistas (ibid., idem).

O clima político naquele mês de outubro catalisava várias reuniões de políticos, civis e militares, cuja principal preocupação era a ameaça dos queremistas, a presença dos comunistas, enfim, a gravidade dos acontecimentos que se anunciavam. A situação precipitava-se cada vez mais e a nomeação de Benjamin Vargas para a Chefatura da Polícia do Distrito Federal funcionou como a gota d’água para as já ensaiadas conspirações (GOMES, 2005, p.287-288). Assim, com grande prestígio entre os trabalhadores e manobrando a sua continuidade na presidência da República, Vargas,

em 29 de outubro, foi deposto por um golpe militar, encabeçado por Dutra e Góis Monteiro.

Após a deposição de Vargas, assumiu o governo o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, que empossou um ministério com maioria udenista, o que ocasionou perseguições aos adeptos do antigo regime. No âmbito operário-sindical, segundo Luiz Werneck Vianna (1989, p.250), uma das primeiras medidas do governo José Linhares foi decretar o pluralismo sindical, com o objetivo de enfraquecer a influência sindical dos petebistas e dos comunistas.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO “QUEREMISMO” LOCAL: A CRIAÇÃO DO DIRETÓRIO DO PTB EM PASSO FUNDO**

Primeiramente, é importante salientar o complexo processo que ocorria nesse momento: um conjunto de idéias, crenças e atitudes coletivas (o trabalho como projeto político, o getulismo como a sua personalização e o “queremismo” como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis) institucionalizavam-se em um partido político, o PTB. Nesse sentido, o comitê petebista do Distrito Federal passou a patrocinar a travessia do movimento social para o partido político, incitando os trabalhadores: “Queremistas ontem e agora nas hostes do PTB” (FERREIRA, 2003, p.39).

No Rio Grande do Sul, no final de outubro de 1945, o PTB era ainda um partido fraco e sem representatividade no interior do estado. Em situação inversa e com um incrível poder de mobilização, o “queremismo” possuía comitês em praticamente todas as grandes cidades do estado e do país. Dessa forma, a proposta era que estes comitês fossem encaminhados para as hostes do PTB. Assim, nos locais onde não existissem ainda diretórios do PTB, os comitês queremistas poderiam ser pura e simplesmente transformados em diretórios (GOMES, 2005, p.287).

Sob esta orientação, não tardou para a instalação de um diretório petebista em Passo Fundo. Organizado pelos queremistas locais, no dia 13 de novembro de 1945, na sede do Círculo Operário Passofundense, ocorreu a reunião para a instalação do diretório local do PTB e a eleição da sua primeira diretoria. Durante a cerimônia, o médico e líder queremista César Santos presidiu a mesa, enquanto o advogado Celso Fiori procedeu a leitura da ata de fundação do PTB local (O NACIONAL, 14 nov., p.4; DIÁRIO DA MANHÃ, 14 nov., p.4).

Em seguida, efetuou-se a eleição dos membros da primeira diretoria, que ficou assim constituída: Presidente de Honra: Norival Paranaçu de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul; Presidente: César Santos, médico; 1º vice-presidente: Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário; 2º vice-presidente: Urbano Ribas, viajante comercial; 1º secretário: Celso Fiori, advogado; 2º secretário: Maturino Rabello, comerciante desta praça e um dos grandes propugnadores dos ideais

trabalhistas; 1º tesoureiro: Filomeno Pereira Gomes, grande partidário da causa; 2º tesoureiro: Guilherme Knack, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Comissão executiva municipal: Celso Fiori; Daniel Dipp e Antonio Nunes Figueiredo; Comissão de fundos: Waldir Cecconi, Inocêncio Pinto e Oldemar Behrends; Comissão eleitoral: Antonio Junqueira Rocha, Orestes Mozatto e Valencio Figueiredo.

Portanto, a fundação do diretório do PTB passo-fundense diferencia-se do processo verificado na fundação dos diretórios nacional e estadual, constituindo-se em um desdobramento das orientações petebistas de englobar os queremistas para dentro das hostes do partido e, nas cidades que não tinham diretórios do PTB, de transformar os comitês queremistas em diretórios petebistas. Isso pode ser comprovado pelo fato dos principais líderes queremistas locais estarem vinculados ao partido, alguns, inclusive, assumindo a direção do diretório local.

Na direção do PTB de Passo Fundo foi eleito o médico César Santos, um dos principais líderes queremistas na cidade. Quanto à participação de dirigentes sindicais locais e membros da burocracia do Ministério do Trabalho no partido, pelo menos dois dirigentes sindicais integraram a direção do diretório: Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário, eleito para o cargo de 1º vice-presidente; e Guilherme Knack, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, para o cargo de 2º tesoureiro.

Também é interessante notar que Norival Paranaguá de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul e destacado líder queremista no estado – provavelmente exonerado pelo governo de José Linhares, que promoveu perseguições aos adeptos a Vargas – foi indicado como presidente de Honra.

Já quanto ao delegado local do Ministério do Trabalho João Andrade, inicialmente, segundo Sandra Benvegnú (2006, p.34), ele havia aderido à Ala Trabalhista do PSD, mas permaneceu nesse partido por pouco tempo. Em seguida, Andrade assumiu uma posição neutra, talvez temendo as perseguições políticas do governo Linhares, embora fosse, de acordo com o depoimento da sua filha Íris de Andrade Morbini, “um getulista fervoroso<sup>10</sup>”.

Em suma, o primeiro diretório do PTB passo-fundense era bastante eclético, aglutinando majoritariamente bacharéis, mais também alguns líderes sindicais, comerciantes, caixeiros viajantes, dentre outros, que tinham algo em comum: a ligação com o “queremismo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, o “queremismo” foi um dos maiores movimentos de massas da história do Brasil, talvez apenas comparado às “Diretas Já!”, em 1983. Em Passo

---

<sup>10</sup>Depoimento de Íris de Andrade Morbini, nascida em 05/12/1927, filha de João Andrade.

Fundo, o movimento queremista atingiu grandes proporções, inclusive superando movimentos anteriores, como a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora.

Aglutinando grande parte da população passo-fundense, o movimento queremista, ao se institucionalizar, daria origem a um partido político: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entretanto, devemos frisar que é um equívoco concluir que PTB e “queremismo” fossem a mesma coisa, embora o movimento queremista tenha contribuído decisivamente para que a união trabalhismo-getulismo se consolidasse ainda mais.

O que ocorreu no caso de Passo Fundo foi que o “queremismo”, como movimento social, institucionalizou-se em um partido político, o PTB, que se tornou o partido político mais forte na cidade entre os anos de 1945-1964. Isso pode ser comprovado pelo fato de quase todos os prefeitos eleitos no período 1945-1964 serem petebistas – Armando Araújo Annes, Daniel Dipp, Wolmar Antônio Salton e Benoni Rosado –, além do PTB também, quase sempre<sup>11</sup>, possuir a maior bancada na Câmara de Vereadores. Somente no pleito municipal de 1963, com a eleição do petebista dissidente Mário Menegaz, o PTB foi derrotado. Contudo, é importante frisar que foi derrotado pela sua dissidência interna, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Embora não podemos considerar getulismo e trabalhismo como sinônimos, em Passo Fundo elas constituíram uma verdadeira simbiose. O grande prestígio que gozava Getúlio Vargas na cidade influenciou decisivamente para a ascensão e o sucesso do partido durante o período democrático.

## REFERÊNCIAS

- BATISTELLA, Alessandro. 2007. *O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: pro-*

---

<sup>11</sup> Nas eleições municipais de 1947, o PSD elegeu 9 vereadores, enquanto a coligação PTB-UDN elegeu 5.